

GN LINK DISTRIBUIDORA DE GÁS NATURAL S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

GN LINK DISTRIBUIDORA DE GÁS NATURAL S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Diretores da
GN Link Distribuidora de Gás Natural S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da GN Link Distribuidora de Gás Natural S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da GN Link Distribuidora de Gás Natural S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins comparativos, não foram examinadas por nós e nem por outros auditores independentes, e conseqüentemente não emitimos opinião sobre elas. Além disso, as análises adicionais desenvolvidas, decorrentes de uma primeira auditoria, sobre transações e valores que compõem os saldos de 31 de dezembro de 2021, conforme determina a NBC TA 510 - Trabalhos iniciais, saldos iniciais, foram suficientes para assegurar que tais saldos não tenham efeitos relevantes sobre o resultado do exercício e o patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F

A handwritten signature in blue ink that reads 'Rafael Favacho'.

Rafael Favacho Pereira da Silva
Contador CRC RJ 106634/0-3

GN LINK DISTRIBUIDORA DE GÁS NATURAL S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Notas explicativas	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)		Notas explicativas	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)
Circulante				Circulante			
Caixa e Equivalente.de Caixa	3	3.464.099	-	Impostos e Contribuições a Pagar		2.146	-
Impostos a Recuperar		4.036	-	Salários e Encargos a Recolher	5	59.332	-
Despesas Antecipadas		25.316	-	Contas a Pagar	6	124.265	-
		<u>3.493.451</u>	-	Tributos Retidos a Recolher		27.074	-
				Partes Relacionadas		100	100
						<u>212.917</u>	<u>100</u>
Não circulante				Não circulante			
						-	-
Imobilizado	4	34.688	-			-	-
		<u>34.688</u>	-	Patrimônio líquido			
				Capital Social	7	5.507.100	7.100
				(-) Capital Social a Integralizar		-	(5.000)
				Prejuízo acumulado		(2.191.878)	(2.200)
				Total do patrimônio líquido		<u>3.315.222</u>	<u>(100)</u>
Total do ativo		<u><u>3.528.139</u></u>	<u><u>-</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>3.528.139</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

GN LINK DISTRIBUIDORA DE GÁS NATURAL S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Notas explicativas	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)
Receita operacional líquida		-	-
Custos dos serviços prestados		-	-
Lucro bruto		-	-
Receitas/(despesas) operacionais		(2.257.341)	-
Despesa de pessoal	9	(1.917.494)	-
Despesas administrativas	8	(336.404)	-
Despesas tributárias		(3.443)	-
Resultado financeiro	10	67.663	-
Despesas financeiras		(6.379)	-
Receitas financeiras		74.041	-
Prejuízo antes do IR e CSLL		(2.189.678)	-
Prejuízo líquido do exercício		(2.189.678)	-

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

GN LINK DISTRIBUIDORA DE GÁS NATURAL S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	2022	31/12/2021 (não auditado)
Prejuízo do exercício	(2.189.678)	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Prejuízo abrangente do exercício	(2.189.678)	-

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

GN LINK DISTRIBUIDORA DE GÁS NATURAL S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)

	Capital social	Capital social a integralizar	Resultados acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021 (não auditado)	2.100	-	(2.200)	(100)
Aumento de capital	5.000	(5.000)	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)	<u>7.100</u>	<u>(5.000)</u>	<u>(2.200)</u>	<u>(100)</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2022	7.100	(5.000)	(2.200)	(100)
Aumento de capital	5.500.000	5.000	-	5.505.000
Prejuízo do exercício	-	-	(2.189.678)	(2.189.678)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>5.507.100</u>	<u>-</u>	<u>(2.191.878)</u>	<u>3.315.222</u>

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

GN LINK DISTRIBUIDORA DE GÁS NATURAL S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)
Fluxos de caixa de atividade operacional		
Prejuízo do exercício	(2.189.678)	-
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa		
Depreciação	481	-
Resultado ajustado	(2.189.197)	-
Aumento/(redução) das contas de ativos		
Impostos a recuperar/compensar	(4.036)	-
Despesas antecipadas	(25.316)	-
Aumento/(redução) das contas de passivo		
Salários e encargos	59.332	-
Impostos, taxas e contribuições	29.220	-
Outras contas a pagar	124.265	-
Caixa líquido gerado proveniente das atividades operacionais	(2.005.733)	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Venda de imobilizado	-	-
Aquisição de imobilizado	(35.169)	-
Caixa líquido/(consumido) proveniente das atividades de investimento	(35.169)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de Capital	5.505.000	-
Caixa líquido/(consumido) proveniente das atividades de financiamento	5.505.000	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	3.464.099	-
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	3.464.099	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	3.464.099	-

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Vianen RJ Empreendimentos Imobiliários S.A. foi constituída em 08 de agosto de 2019. Em 04 de maio de 2021, a Companhia alterou sua razão social para Vianen Logística S.A. Em 25 de outubro de 2022, a Companhia alterou sua razão social para GN Link Distribuidora de Gás Natural S.A.

A Companhia tem como atividade preponderante a execução de: aquisição, recepção, armazenamento, transvasamento e controle de qualidade de gás natural, inclusive na forma liquefeita; gestão de terminais aquaviários; liquefação de gás natural; comercialização e distribuição de gás natural liquefeito ou gás natural comprimido, por meio de transportadora própria ou contratada; comércio varejista de gás natural para veículos automotores; importação de gás natural, inclusive na forma liquefeita; locação de equipamentos e máquinas; prestação de serviços de manutenção e reparo de máquinas; prestação de serviços operação de máquinas; transporte rodoviário de carga de produtos perigosos; purificação de biogás para obtenção e produção de biometano; comércio atacadista de equipamentos para uso industrial; operador portuário; carga e descarga; participação em outras sociedades, simples ou empresárias; e exercício de quaisquer atividades relacionadas com o seu objeto social.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria em 14 de julho de 2023.

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) e deliberações e instruções emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)) emitidas pelo *International Accounting Standards* (IASB).

A Diretoria da Companhia atesta que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela em sua gestão das atividades da Companhia.

Notas explicativas da Diretoria sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia. A Diretoria da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando.

b) Base de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, e todos os valores arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma. Certos ativos e instrumentos financeiros podem estar apresentados pelo valor justo.

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as NBCs e o IFRS requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Diretoria da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

2.2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem o caixa, depósitos bancários, aplicações de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo em até 90 dias a partir da data da aplicação.

b) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívidas e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 09) - Instrumentos Financeiros, adotado pela Companhia em 01 de janeiro de 2018, conforme deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos financeiros, são feitos quando a Companhia se torna parte de disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos a valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quando pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo. Os instrumentos da Companhia registrados nesta categoria estão descritos na Nota Explicativa nº 3.

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao:

- Valor justo por meio do resultado: quando classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício;

- Custo amortizado: Passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

c) Imobilizado

Os ativos imobilizados são avaliados ao custo histórico deduzido de depreciação e perda por redução recuperável acumuladas, quando aplicável. Custo histórico inclui gastos diretamente atribuídos à aquisição dos bens do ativo imobilizado.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado e reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de maneira confiável.

A depreciação é calculada pelo método linear que levam em consideração a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado operacional.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados, a cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

d) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Notas explicativas da Diretoria sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso de método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

e) Capital social

O capital social da Companhia é dividido em ações ordinárias e sem valor nominal.

f) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Receita e despesa financeira

A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do exercício até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Companhia, sendo contabilizada na rubrica de receita financeira.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre debêntures e empréstimos. Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável e são capitalizados juntamente com o investimento.

g) Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado por meio do resultado do exercício da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado diluído por ação é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 (IAS 33) - Resultado por ação.

Notas explicativas da Diretoria sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2022

Durante o exercício de 2022, foi emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a revisão das referidas normas a seguir, já vigentes no exercício de 2022:

Norma ou interpretação	Descrição
Alteração ao IAS 16/CPC 27 Ativo Imobilizado	A alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
Alteração ao IAS 37/CPC 25 Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
Alteração ao IFRS 3/CPC 15 Combinação de Negócios	Substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.
IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
IFRS 16/CPC 06 - Arrendamentos	Alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
IFRS 1/CPC 37 A doção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros	Simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
IAS 41/CPC 29 - Ativos Biológicos	Remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Making Material Judgments	Divulgação de políticas contábeis

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos sobre a posição patrimonial e financeira e resultados da Empresa ou sobre as divulgações nestas demonstrações contábeis.

GN LINK DISTRIBUIDORA DE GÁS NATURAL S.A.

Notas explicativas da Diretoria sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

A composição de caixa e equivalentes de caixa está demonstrada a seguir:

	2022	2021 (não auditado)
Banco	10	-
Aplicações Financeiras	3.464.089	-
	<u>3.464.099</u>	<u>-</u>

Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se aos depósitos e às aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

4. Imobilizado

a) Composição dos saldos

	Taxa de depreciação anual	2022	2021 (não auditado)
Computadores e periféricos	20%	35.169	-
(-) Depreciação acumulada		(481)	-
		<u>34.688</u>	<u>-</u>

b) Movimentação dos saldos

	Saldo em 31/12/2021 (não auditado)	Adição	Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Computadores e periféricos	-	35.169	-	-	35.169
	-	35.169	-	-	35.169
(-) Depreciação acumulada	-	-	(481)	-	(481)
Total imobilizado	<u>-</u>	<u>35.169</u>	<u>(481)</u>	<u>-</u>	<u>34.688</u>

Notas explicativas da Diretoria sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Salários e encargos a recolher

	2022	2021 (não auditado)
INSS a recolher	32.500	-
FGTS a recolher	5.872	-
Férias	15.389	-
INSS sobre férias	4.340	-
FGTS sobre férias	1.231	-
Total	<u>59.332</u>	<u>-</u>

6. Contas a pagar

	2022	2021 (não auditado)
Fornecedores	124.265	-
	<u>124.265</u>	<u>-</u>

A conta de fornecedores refere-se basicamente a aquisição de materiais para consumo diversos, dentre outros, a compra de EPIs, de peças e ferramentas, de material elétrico, de material de escritório, dos serviços prestados, dos fretes e viagens, adquiridos no curso normal dos negócios.

7. Patrimônio Líquido

a. Capital Social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é representado pelo valor de R\$ 5.507.100 (R\$ 7.100 em 2021), dividido em 5.507.100 (cinco milhões, quinhentos e sete mil e cem) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 10 de novembro de 2022, foi aprovado e integralizado um aumento de capital no montante de R\$ 5.500.000 mediante a emissão de 5.500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

O capital social da Companhia pertence a um único acionista, Hankoe Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior, que detém 100% das ações ordinárias.

8. Despesas administrativas

A seguir, demonstramos a composição das despesas gerais e administrativas:

	2022	2021 (não auditado)
Serviços de terceiros (i)	(322.373)	-
Viagens	(14.030)	-
	<u>(336.404)</u>	<u>-</u>

(i) Refere-se às despesas com assessoria jurídica e consultoria empresarial.

Notas explicativas da Diretoria sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Despesa de pessoal

	2022	2021 (não auditado)
Proventos	(1.791.892)	-
Benefícios	(1.080)	-
Encargos sociais	(124.523)	-
	<u>(1.917.494)</u>	<u>-</u>

10. Resultado financeiro

Demonstramos a seguir a composição do resultado financeiro da Companhia:

	2022	2021 (não auditado)
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	74.041	-
	<u>74.041</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras		
Imposto s/ operação financeira	(4.205)	-
Outras	(2.174)	-
	<u>(6.379)</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro líquido	<u>67.663</u>	<u>-</u>

11. Eventos Subsequentes

Supremo Tribunal Federal muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou Temas nºs 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227, que tratam sobre os limites da coisa julgada em matéria tributária, notadamente diante de julgamento, em controle concentrado pelo Supremo Tribunal Federal, que declara a constitucionalidade de tributo anteriormente considerado inconstitucional, na via do controle incidental, por decisão transitada em julgado e efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal em controle difuso de constitucionalidade sobre a coisa julgada formada nas relações tributárias de trato continuado, respectivamente.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva a favor dos contribuintes perdem o efeito se, depois, o STF tiver entendimento diferente sobre o tema.

Notas explicativas da Diretoria sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nessa linha, a análise sobre os impactos advindos do julgamento dos Temas 881 e 885 passa por exame e confirmação de dois pontos: (i) existência de coisa julgada favorável, em ação individual vinculada a relação jurídica de trato continuado, reconhecendo a inconstitucionalidade da cobrança tributária; e (ii) superveniência de decisão desfavorável do STF, em repercussão geral ou controle concentrado, declarando a constitucionalidade da cobrança.

A Diretoria, em conjunto com os seus assessores jurídicos internos e externos, avaliou os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a Companhia não possui processos judiciais em seu nome e por este motivo não foram afetados pelo recente julgamento dos Temas de Repercussão Geral nºs 881 e 885 pelo STF.

Diante dos fatos supracitados, a decisão do STF não resulta, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.